ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ANDRÉ FRAGA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores EDVALDO BRITO, LAINA CRISÓSTOMO, LUIZ CARLOS SUÍCA, e SIDNINHO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 6/23 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleito da CMS; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente mencionou a Ordem do Dia com Projetos de vereadores, cuja votação havia sido prevista no Colégio de Líderes. Consultou as lideranças sobre acordo quanto a isso. O vereador Kiki Bispo, líder do Governo, ratificou o acordo. A vice-líder da Oposição, vereadora Marta Rodrigues, explicou que a sua bancada não se via contemplada e que,

portanto, não haveria acordo. Sugeriu a votação dees projetos na semana seguinte. O vereador Isnard Araújo pediu a palavra e lembrou que o acordo era para a votação de dois projetos de cada vereador. Relatou que enviara três Projetos seus e que nenhum ingressara na Ordem do Dia, e propôs que nada se votasse neste dia, ficando essa votação para um momento oportuno. O vereador Alexandre Aleluia, líder dos edis independentes, declarou que, embora também não tivesse projetos na Ordem do Dia, não via óbice à votação prevista. O senhor presidente disse que não poderia interferir nas decisões das Comissões e que esperava ter votação nesta Sessão. Lembrou que a exitência de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento não garantiam a aprovação, mas sim, a apreciação de um projeto. Declarou estarem suspensos todos os acordos sobre quaisquer matérias, por não haver consenso entre as bancadas, e destacou o seu esforço para que os vereadores apresentassem à população o trabalho que faziam por ela. Anunciou reunião da CCJ e das Comissões de Finanças e de Transportes para a elaboração de parecer conjunto ao Projeto de Lei n. 68/23, do Executivo, relativo aos serviços de táxi. Informou que a reunião aconteceria na próxima segunda-feira, às 13h, no Salão Nobre, e que o Projeto seria votado na próxima quarta-feira, após se votarem os sete Vetos que sobrestariam a pauta na segunda-feira. Explicou que não votariam projetos de vereadores e pediu aos pares que lhe enviassem cópias de projetos do Executivo que beneficiassem taxistas, mototaxistas e motoristas de Uber, para que fossem analisados até a terça-feira, com o fito de serem apreciados, também, na quarta-feira. Afirmou que, mesmo sem acordo, o Projeto de Lei n. 68/23 seria votado na quarta-feira. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior comentou sobre reunião conjunta da CCJ e da Comissão de Finanças na qual haviam sido relatados vários Projetos de vereadores. O senhor presidente lembrou o acordo no Colégio de Líderes para a votação desses Projetos e observou a falta de acordo entre as bancadas para que ela acontecesse, bem como o interesse da população nessa votação. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco associou-se à decisão de não

haver votação, porém lamentou esse desfecho. Afirmou que a Oposição desrespeitava acordo do Colégio de Líderes por haver anuído à Ordem do Dia antes. Apontou a frustração de categorias relacionadas a Projetos que seriam votados neste dia. Pela ordem, o vereador Tiago Ferreira negou que a Oposição tivesse descumprido acordo e afirmou que quem o descumpria eram os governistas, pois o disposto era quanto a dois projetos por vereador, e o resultado não mostrava isso. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha disse que um erro não deveria levar a outro e informou que deficientes visuais tinham vindo à Casa esperando a votação de um Projeto. Pela ordem, o vereador Duda Sanches declarou entender o caminho por que passavam o acordos sobre votação e solidarizou-se com as categorias que se viam frustradas com a não-votação. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Duda Sanches (11 de abril), Ireuda Silva (4 de abril) e Laina Crisóstomo (12 de abril). Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto afirmou que a Oposição não descumpria acordo e que esse acordo previa a apreciação dos Projetos, também, pelas comissões temáticas, o que não se fizera em muitos casos. Rejeitou que "jogassem nas costas" da Oposição tal responsabilidade. Sublinhou o compromisso da Oposição com a Cidade e com as pessoas. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues também negou o descumprimento de acordo pela Oposição e afirmou o compromisso com os habitantes da Cidade. Observou que vereadores da base haviam pedido vista de projetos, o que entendeu descaber num acordo. Pela ordem, o vereador Anderson Ninho sugeriu que, se havia um acordo e havia cidadãos, na Casa, interessados nessa votação, fosse feita consulta nominal sobre a possibilidade dessa votação. O senhor presidente elogiou a inciativa, mas explicou que projetos de vereadores não seriam votados sem acordo. Pela ordem, o vereador Daniel Alves considerou inviável a votação de 86 projetos, dois por cada vereador, por não haver a obrigação, por parte da CCJ e da Comissão de Finanças, de aceitar todos esses projetos por força de acordo, ainda que fossem inconstitucionais ou que ferissem o Orçamento. Pediu que houvesse bom-senso. O senhor presidente

asseverou que o Regimento Interno (RI) seria respeitado e sugeriu que, se o projeto de um vereador fosse rejeitado numa Comissão, o vereador o substituísse por outro projeto seu que já tivesse parecer favorável. Declarou que não traria projetos a votação para, uma vez aprovados, serem vetados em seguida. Apontou haver vereadores da Oposição sem qualquer projeto e sugeriu contato dos presidentes de comissão, em caso de não-aprovação de um projeto nesse âmbito, com a liderança desse bloco, visando à substituição já sugerida. Passando-se aos **Registros**, o vereador Isnard Araújo, sobre a discussão acerca dos mandatos coletivos, informou Projeto de Resolução para se vedar o uso de assentos de vereadores no Plenário a não-titulares de mandato, em observância ao RI. Convidou outros interessados a subscrever a Proposição. Observou não haver previsão legal ou regulamentação sobre mandatos coletivos. O vereador Alexandre Aleluia declarou que estava arquivando o seu Projeto de Lei n. 43/23, sobre taxistas, pela identidade da matéria com o Projeto do Executivo que seria apreciado. Lembrou ter se movido sobre a questão do limite de idade para veículos de táxi desde a formulação do Projeto sobre os motoristas de aplicativos. O senhor presidente assinalou o seu compromisso com taxistas, motoristas de aplicativos e mototaxistas quanto à votação do Projeto do Executivo na quarta-feira seguinte. O vereador Cláudio Tinoco salientou que a Oposição tinha 8 vereadores do total de 43 da Casa e que, na Ordem do Dia atual, esse bloco tinha 7 do total de 31 Projetos. Considerou que a questão não era matemática, sendo relativa a compromisso, e reiterou o acordo no Colégio de Líderes para essa votação, rejeitando que se tivesse previsto o exame pelas comissões temáticas. Afirmou que a Oposição "mandava" na Casa e tinha responsabilidade pelas pessoas que haviam vindo à CMS. Observou que havia vários canais de comunicação entre os vereadores e afirmou que não cabia a esse bloco declarar falta de acordo somente no Plenário, perante cidadãos, inclusive com deficiência visual, que se mobilizavam até a Casa em função da votação acordada. Informou que não tinha projeto a ser votado nesta Sessão. O vereador Teo Senna também informou não

ter projeto na votação prevista. Lembrou os termos do acordo no Colégio de Líderes, pedindo sensibilidade ao senhor presidente e à Oposição, e sugerindo que, tendo havido a combinação de se votarem dois projetos por vereador, fossem imediatamente votados os que estivessem prontos para tanto, ficando os demais para a semana seguinte. Destacou a importância dos acordos na Casa e considerou haver precedentes ruins quanto a se votarem matérias de qualquer maneira, em nome desses acordos. O senhor presidente registrou a presença do presidente e de outros membros da Câmara Municipal de Morro do Chapéu. O vereador Paulo Magalhães Júnior associou-se ao vereador Alexandre Aleluia quanto ao Projeto do Executivo sobre taxistas. Comentou sobre a apreciação de diversos projetos em reunião da CCJ e considerou normais os pedidos de vista. Opinou que só houvesse acordo envolvendo projetos que já tivessem parecer. O vereador Leandro Guerrilha saudou os edis de Morro do Chapéu e a prefeita dessa cidade. Comentou sobre a violência na região do Cabula e do Saboeiro, e sobre a audiência pública a respeito, na Associação de Moradores do local. Comentou sobre as demandas dos deficientes visuais. Criticou a Oposição por afirmar, neste dia, que não havia acordo para votação. O vereador Tiago Ferreira afirmou que os governistas não cumpriam a Lei, pois os agentes de saúde e de endemias estavam na Galeria reclamando por algo que a Lei lhes assegurava e não estava sendo dado pela Prefeitura. Contestou a análise matemática do vereador Cláudio Tinoco, afirmando que o acordo era para dois projetos e não, para "até dois" projetos por vereador. Contou que fora escolhido para votação um projeto seu diverso do que ele escolheria, sendo que esse projeto escolhido tinha perdido o objeto, por se referir à Covid-19. Afirmou que os governistas haviam feito boicote nas Comissões, não apreciando projetos da Oposição, e, no momento, exigiam que os seus projetos fossem votados. Considerou que era dos governistas a falta de acordo e de compromisso com os cidadãos, e mencionou acordo da Prefeitura com os rodoviários da empresa CSN, o qual não fora cumprido. A vereadora Marta Rodrigues discorreu sobre o modo de se manifestar politicamente no parlamento

e sobre o direito da minoria. Observou que os edis eram pautados pelos segmentos que os trouxeram à Casa e indagou o que seria uma CMS sem Oposição. O vereador Augusto Vasconcelos saudou os agentes de saúde presentes à Casa em busca do cumprimento da Lei a eles relativa. Lembrou os termos do acordo para votação e o fato de a Oposição haver alertado, dois dias antes, sobre o descumprimento desse acordo pelo bloco governista. Comentou sobre Projeto relativo ao paraesporte, tema que explicou ser tratado pelo Governo do Estado. O vereador Sílvio Humberto tornou a rejeitar a responsabilização da Oposição pelo insucesso do acordo. Também discorreu sobre o modo de expressão no parlamento e afirmou que muitos governistas seriam favoráveis aos Vetos que seriam apreciados na semana seguinte. Informou manifestação em Stella Maris, no sábado, sobre risco ambiental. O vereador Arnando Lessa apontou a hierarquia normativa pela qual se dava a atividade legislativa. Comentou sobre projetos de lei que não tinham amparo regimental, sugerindo que sua matéria fosse objeto de projetos de indicação. Lembrou quando era líder governista e negociava com o Executivo, evitando vetos como os vistos atualmente. Criticou o uso de questão de ordem para produzir discurso. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO